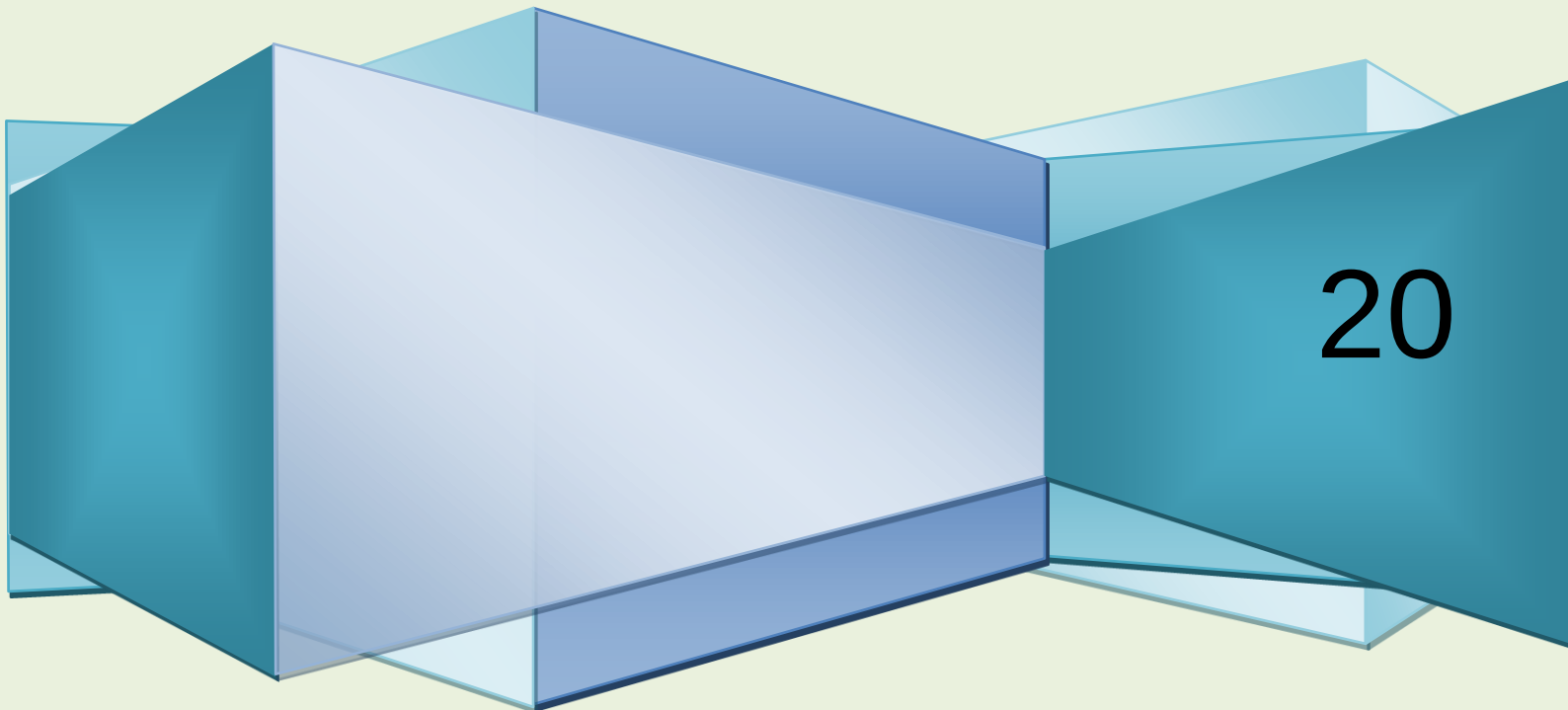


PLANO DE GOVERNO DOS CANDIDATOS LERIN & MARILDA

ELEIÇÃO 2020

Balsa Melo



20

CONTEÚDO

PROPOSTA DE GOVERNO DOS CANDIDATOS LERIN & MARILDA	3
APRESENTAÇÃO	3
SAÚDE	4
EDUCAÇÃO COM GESTÃO HUMANIZADA E MERITOCRÁTICA	5
SEGURANÇA PÚBLICA	7
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO E DAS COMUNIDADES RURAIS COM O FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DESTAS LOCALIDADES	9
FORTALECIMENTO DA ECONOMIA COM GERAÇÃO DE EMPREGOS	10
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO	12
ESPORTE E LAZER COMO DIGNIDADE HUMANA	13
MORADIA E ASFALTO PARA TODOS	13
CIDADE LIMPA	14
REFORMA ADMINISTRATIVA	15
CULTURA	15
INCLUSÃO SOCIAL	17
IGUALDADE DE GÊNERO	18
IDENTIDADE DE GÊNERO	18
IGUALDADE RACIAL	19
“TERCEIRA IDADE/ MELHOR IDADE”	20
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/ESPECIALIDADE	21
JUVENTUDE	22
CRIANÇA E ADOLESCENTE	22
CIDADE SUSTENTÁVEL	22
OUTRAS PRIORIDADES	23
CAMINHOS A SEREM PERSEGUIDOS PARA UMA BOA GESTÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE UBERABA PARA O GOVERNO DO POVO	25

PROPOSTA DE GOVERNO DOS CANDIDATOS LERIN & MARILDA

Uberaba – Programa de Governo

1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024

APRESENTAÇÃO

Em harmonia com os princípios e metas governamentais do **Partido Democrático Trabalhista — PDT** e do **Partido Comunista Brasileiro — PC do B**, a coligação **A VERDADEIRA MUDANÇA**, apresenta seu Plano de Governo para o Município de Uberaba-MG.

Propomos seguir as diretrizes de uma gestão humanizada, compartilhada e focada na meritocracia primando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, voltada, principalmente, para a inclusão social e o equilíbrio financeiro, que se somam aos princípios norteadores das gestões do PDT e PCdoB em todas as esferas de governo: *compromisso ético, transparência, responsabilidade fiscal e social, participação popular, igualdade, liberdade, fraternidade, equidade e sustentabilidade*.

Especificamente, para a Prefeitura Municipal de Uberaba, propõe-se envolver e comprometer-se com toda a comunidade em uma construção sustentável de desenvolvimento com planejamento de curto, médio e longo prazo com a pronta resposta ao atendimento das necessidades mais prementes da população nas áreas prioritárias de saúde, educação, planejamento urbano, segurança pública, combate à pobreza, assistência social e meio ambiente e, sobretudo, com a geração de emprego e renda.

Propõe-se pensar a cidade a partir de uma visão ampla e articulada com as esferas de governo Estadual e Federal, estabelecendo as prioridades para os setores de habitação, trânsito e transporte, trabalho e renda, lazer, cultura, meio ambiente e agropecuária. Assim como o perímetro urbano, também os bairros rurais receberão um planejamento específico de suas prioridades, quer sejam de curto, médio e longo prazo.

Propõe-se a construção efetiva de uma gestão pública compartilhada responsável, com a participação de todos os segmentos sociais, tanto por meio de representação organizada, como do próprio cidadão, que terá o acesso facilitado permitindo sua participação em decisões, como garantia de controle social e aperfeiçoamento democrático e, principalmente, corroborar todos os valores e princípios que irão possibilitar a seleção adequada das escolhas nos atos de gestão diante de recursos necessariamente limitados e fazê-las de forma equitativa, em benefício dos que têm menos, promovendo, desta maneira, o bem comum para a sociedade Uberabense e suprimindo suas urgências consolidadas pela ausência de soluções em face à inação de gestões ineficazes.

A meta prioritária dos candidatos **Lerin & Marilda** é promover o desenvolvimento econômico e a geração de emprego com equidade social e sustentabilidade e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida da população por intermédio de ações pontuais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, fomento ao comércio, ao agronegócio e à indústria, com respeito às vocações culturais e a preservação dos recursos naturais do município para as futuras gerações de todos os cidadãos uberabenses e para todos aqueles que aqui construíram suas vidas.

Investir em educação, saúde, segurança, infraestrutura e atividades em que se permita a obtenção de maiores vantagens competitivas tem que ser o objetivo fundamental de uma gestão pública exemplar. Expandir e aprimorar os investimentos públicos e privados é um

fator crítico determinante para acelerar o ritmo de crescimento e manter as conquistas sociais obtidas.

Em uma era globalizada não há mais espaço para viver ciclos econômicos sucessivamente monopolistas, o Governo Municipal estará apto para inaugurar uma nova era composta de diversos ciclos concomitantes de desenvolvimento da economia local, acelerando seu ritmo de crescimento sem prejuízo da sustentabilidade e da qualidade de vida do cidadão, aumentando a participação da economia Uberabense na economia brasileira, mantendo e aprofundando a trajetória de redução das desigualdades (pessoais e sub-regionais), qualificando e diversificando o quadro produtivo local, adensando cadeias produtivas existentes e atraindo novas cadeias (sobretudo aquelas ancoradas na inovação, ciência e tecnologia).

SAÚDE

A qualidade dos serviços de saúde pública permanece como um grande desafio para todos os gestores. A rede municipal de saúde está estruturada na integralidade da atenção ao usuário, mas isso nem sempre se converte em um atendimento de qualidade, já que são crescentes as reclamações dos cidadãos e a judicialização dos pedidos de medicação e serviços médicos específicos.

O investimento e a busca de recursos nos governos estadual e federal serão uma prioridade para a ampliação e implantação de uma assistência médico-hospitalar voltada tanto para a ação preventiva quanto para atenção especializada. Neste processo terá especial atenção o servidor que atua na rede pública de saúde e que é o responsável direto pela acolhida do cidadão/paciente. Este servidor precisa da efetiva implantação de uma política de recursos humanos que o valorize e que promova seu constante aperfeiçoamento profissional. Dentro de tais metas, propõem-se para a rede pública de saúde do Município de Uberaba as seguintes ações:

- Saúde pública, universal, gratuita e de qualidade em todos os níveis.
- Desenvolvimento de campanhas de prevenção e educação em saúde.
- Pronto-atendimento no período noturno, das 18:00 às 23:00 horas, nas unidades básicas de saúde – UBS's.
- Melhorias nas UBS's tanto no que se refere aos equipamentos, como em suas estruturas físicas e de recursos humanos.
- Reforma das instalações das UBS's que estiverem com deficiências estruturais.
- Ampliação das equipes do Programa Saúde da Família até os novos bairros e conjuntos habitacionais ainda não atendidos.
- Criação do atendimento domiciliar para internação pela rede pública de Saúde, com acompanhamento de profissionais da Saúde, tais como psicólogos, terapeutas, enfermeiros.
- Pronto-atendimento 24 horas nas Unidades dos Bairros Abadia, São Benedito e Mercês.
- Reorganização do serviço de ambulância.
- Ampliação e reorganização do acesso a medicamentos e a exames radiológicos laboratoriais e outros.
- Controle rigoroso e ampliação dos recursos para aquisição de medicamentos.
- Aperfeiçoamento do sistema de atenção especializada, com ênfase na reabilitação.

- Criar e/ou ampliar a rede de atenção e proteção ao portador de dependência química em parceria com os governos estadual e federal e com a sociedade civil, com ênfase para o atendimento ao usuário de crack.
- Ampliar a abrangência do transporte em saúde, inclusive com criação ou ampliação de rotas nos bairros rurais.
- Facilitar o acesso à rede de saúde para as famílias em condições de maior vulnerabilidade sócio-sanitária, tanto através dos serviços médicos, como de ações preventivas de educação e orientação específica.
- Busca de recursos financeiros para a ampliação do número de leitos disponíveis, inclusive na rede privada.
- Aperfeiçoamento dos sistemas informatizados de marcação de consultas exames e internações.
- Maximização de todos os recursos e serviços do Hospital Regional.
- Fortalecimento do serviço de vigilância sanitária.
- Promover a melhoria da gestão do sistema municipal de saúde pública por meio da padronização de procedimentos, regulação sobre os fluxos de pacientes e circulação eficiente das informações na rede de serviços.

EDUCAÇÃO COM GESTÃO HUMANIZADA E MERITOCRÁTICA

A busca permanente na realização de ações programadas com fito na gestão humanizada e por meritocracia com o compromisso com ensino de qualidade para todos, gerador de indivíduos autônomos e capacitados para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, equilibrada, integradora, não apenas cidadão brasileiro, mas, principalmente, cidadão pleno, consciente de sua participação e envolvimento num mundo globalizado sem perder sua própria identidade e cultura.

Outro relevante desafio para a gestão pública é melhorar a qualidade da educação no Ensino Fundamental e Médio, e estender o acesso à Educação Infantil a todas as famílias que necessitam deixar os filhos em creches enquanto os pais trabalham.

As profundas e irreversíveis mudanças tecnológicas podem significar a exclusão de grande parcela da população, que não tenha o acesso assegurado a uma educação de qualidade, que é a porta de entrada para a inclusão na atual Sociedade do Conhecimento. Mais do que escola para todos é necessário uma boa educação, com a efetiva aprendizagem inclusive de manuseio das atuais e sempre inovadas Tecnologias da Informação.

A coligação do PDT & PCdoB pautará sua gestão na permanente busca do desenvolvimento e pesquisa de novos projetos e tecnologias com uso de conceitos inovadores embasados nas teorias e concepções psicopedagógicas a fim de ampliar o padrão de interatividade entre o facilitador (professor) e o educando (aprendiz) concretizando o conceito teórico de interação histórico-social de grandes educadores (*vygotskiano*) com a inserção de sistemas voltados para a utilização das tecnologias educacionais como facilitadoras do cotidiano social, comprometidas com a Educação de maneira ética, séria e eficiente, favorecendo a inclusão, a participação do educando e o desenvolvimento da educação de qualidade.

Assegurar um ensino de qualidade passa necessariamente pelo viés pedagógico, pela valorização do profissional da educação e pela promoção de seu contínuo aprimoramento e humanização. A rede de ensino municipal e seu corpo de servidores precisam da

implementação de políticas de valorização, democratização e participação de todos os segmentos envolvidos na formação e preparação dos nossos jovens. A consolidação da proposta com foco na gestão democrática, de participação da família e da comunidade escolar será o ideal perseguido e cumprido pela gestão participativa desta coligação. Diante da necessidade premente de melhoria nas condições de ensino/aprendizagem, propõem-se as metas abaixo para a rede municipal:

- **Educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino.**
- **Consolidação da escola pública como espaço da inclusão social** possibilitando, por meio da escolarização, as mais variadas possibilidades educacionais e culturais para a formação humana em uma permanente contribuição na diminuição das desigualdades sociais.
- **Promover a universalização da escolarização, e sua qualidade social com a imperativa vontade política, firmeza nas ações e na definição de uma política educacional concreta e objetiva.**
- **A educação infantil, a educação de jovens e adultos, a educação especial e o ensino fundamental serão vistos como desafios e, por isso, irão merecer a atenção urgente na governança da Coligação.**
- **Em toda política educacional do município irá conter três componentes de suma importância para o desenvolvimento sustentável e para a formação do cidadão de UBERABA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A INCLUSÃO DIGITAL E/OU TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, e PROGRAMAS DE SAÚDE DE CARÁTER PREVENTIVO.**
- Criação e construção de LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA nas escolas municipais (com computadores suficientes) e instalação de REDE INTRANET/INTERNET em todas as escolas, visando a INCLUSÃO DIGITAL com a adequação ao mundo globalizado.
- Estabelecer políticas públicas que permitam a construção de creches comunitárias, com o objetivo de atender às necessidades crescentes da população Uberabense.
- Investimentos na aquisição de equipamentos e mobiliário para as escolas da rede municipal de ensino.
- Ampliação e reforma das Escolas Municipais que estiverem com estrutura física deficitária.
- Aperfeiçoamento do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal, que atendeu a uma reivindicação histórica dos professores da rede municipal de ensino estabelecendo diálogo permanente com o Sindicato e/ou Representante(s) dos Professores para, ao longo do mandato, recompor o salário dos profissionais do segmento da educação.
- Consolidação da proposta de gestão democrática, de participação da família e da comunidade escolar.
- Democratização do acesso e garantia da permanência do aluno na escola.
- Aumento do número de matrículas na rede municipal de ensino, para atendimento dos novos bairros e conjuntos habitacionais.
- Duplicar a oferta de vagas na Educação Infantil nos próximos quatro anos.
- Aumento do número de profissionais do magistério.
- Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola, que propicia maior autonomia e melhores condições de funcionamento para as escolas municipais.
- Realização de parcerias com empresas e instituições em benefício das escolas municipais

- Ampliação da rede de escolas em tempo integral, com a criação de novas escolas e aumento da capacidade de atendimento das já instaladas.
- Ampliação da oferta de cursos profissionalizantes, valorização e modernização dos que já são oferecidos.
- Ligação direta com o mercado de trabalho através de cadastro direto do aluno interessado no PROBEM.
- Dedicar esforços à melhoria do aprendizado no Ensino Fundamental, com o acompanhamento prioritário para os alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem.
- Melhorar o resultado dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – **IDEB**.
- Manter diálogo constante com os órgãos da esfera estadual e federal para a busca de recursos, métodos, programas, enfim, toda e qualquer ação que contribua para a melhoria da qualidade de ensino e ampliação da rede municipal.
- Estimular a participação das famílias e da comunidade na gestão da educação municipal e em cada escola em particular.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança é de competência do Governo do Estado, mas o Governo Municipal não pode abrir mão de liderar, no município, uma cruzada contra a violência. Percebe-se que o tráfico de drogas é um problema nacional, mas a Gestão pode alterar este perfil e dar à Uberaba a ênfase necessária, inclusive, municipalizando a questão da segurança.

A segurança pública é prioridade para o Município, por ser imprescindível reduzir os altos indicadores de criminalidade e violência, restabelecendo uma sensação de bem-estar na sociedade e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.

Uberaba clama por mais segurança. O aumento da criminalidade amedronta o cidadão, que recorre a vários outros tipos de seguranças particulares, buscando a prevenção contra ilícitos e tornando-se cada dia mais refém do medo em seu próprio lar ou comércio.

A solução das questões relativas à segurança pública passa necessariamente por um trabalho em conjunto envolvendo as três esferas do poder executivo: Governos Federal, Estadual e Municipal - e os poderes legislativo e judiciário.

Dar ênfase ao CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, sob a liderança do executivo, permitindo o surgimento de um Fórum de estudos sobre a violência e a produção de relatórios frequentes sobre os principais problemas relacionados à violência priorizando a segurança preventiva e o trabalho conjunto com a Polícia Civil, Polícia Militar e com a recomendação do fortalecimento da Guarda Municipal.

A Guarda Municipal será treinada e preparada para patrulhar as portas das escolas, praças públicas, eventos públicos e os principais logradouros públicos, objetivando um trabalho de prevenção em Segurança Pública.

A proposta da Coligação **A VERDADEIRA MUDANÇA** é o aperfeiçoamento efetivo do programa **Olho Vivo** com a implantação da CIDADE DIGITAL – Implantação de câmeras de vigilância com a central de monitoramento para garantir a segurança em diversas ruas de Uberaba, além do monitoramento das escolas; praças e prédios públicos e, principalmente, criação de pontos estratégicos de entrada/saída da sede do município com fiscalização diuturna. Com esta visão pode ser estabelecido o **Programa de Ação da Segurança – PAS**.

Integração das polícias com a compatibilização de áreas e aprimoramento das inteligências, pois a execução das ações de segurança pública deve primar pelos resultados alcançados

em áreas delimitadas, com mobilização integrada das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e com todos os agentes do setor. Contudo, a integração desses órgãos não pode ser apenas geográfica, deve ser digital e operacional. É preciso aproveitar o legado do planejamento integrado, logístico, tecnológico e material de todos os equipamentos já instalados na cidade.

Aperfeiçoar o sistema de georreferenciamento e geoprocessamento das informações da criminalidade e da violência e, com os recursos tecnológicos, produzir mapas da incidência de crimes no Município, avaliando a relação entre eles, cruzando essas informações com variáveis que se apresentam espacialmente, como os níveis de empregabilidade, de atendimento de saúde e educação.

Implementação de políticas públicas de segurança, controle da criminalidade e da violência, investimentos de recursos no setor, planejamento sustentado em diagnósticos sistêmicos confiáveis, gestão técnica e uma combinação de estratégias de ações preventivas e repressão qualificada.

Incrementar a ostensividade policial com foco na gestão por resultados e premiação aumentando a eficácia das ações de polícia ostensiva para a prevenção do delito e não se limitar somente no acréscimo do efetivo, mas gerenciando, avaliando e bonificando a sua atuação, assim como melhorar substantivamente a estrutura logística das polícias.

Desenvolver sistema com fito a Polícia Comunitária com uma estratégia de ações que concentre esforços na filosofia de polícia voltada à comunidade, assegurando uma polícia próxima do cidadão, que utiliza a força de forma legal e proporcional, por meio do irrestrito respeito aos direitos humanos, a qualificação em consonância com a utilização de tecnologia avançada e a interação com a comunidade.

A polícia deverá interagir com a comunidade, por meio de visitas às residências, escolas, condomínios, praças e outros. A permanência da mesma equipe de policiais em cada área de serviço proporcionará aos moradores um laço de confiabilidade perdido pelo policiamento tradicional.

Investir na formação e qualificação profissional dos policiais militares de forma orientada por novos conteúdos, evitando o superado modelo de formar o policial apenas identificado com ações mais repressivas do que preventivas.

Criar as Centrais de Polícias quebrando o paradigma de outros modelos obsoletos e repensar o modelo das delegacias especializadas instaladas individualmente, criando estas Centrais que funcionam 24 horas por dia, instaladas inicialmente nos pontos principais da Cidade e do Município.

As “Centrais de Polícia” contarão com equipes de policiais civis e policiais militares, além de servidores da polícia técnica, trabalhando juntos numa mesma unidade, atendendo a todo tipo de ocorrência.

Fortalecer a articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Câmara Municipal, Estado e a União e o estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de prevenção social da violência.

Desenvolver um sistema de controle da violência com o suporte às vítimas recorrentes, pois grande parte dos conflitos geradores dos assassinatos está relacionada ao tráfico de drogas, especialmente porque as características do mercado ilícito do *crack* geram um alto grau de violência.

Transformar a questão da droga em uma questão de saúde pública. É preciso mudar o paradigma de atuação pública nessa área. Trata-se de uma ilusão achar que os problemas relativos à droga vão ser resolvidos através da guerra às drogas.

Promover o tratamento para dependentes com a educação para prevenção focando a redução de danos.

Busca permanente junto ao governo do Estado focando o aumento do efetivo e na luta por melhorias da remuneração das polícias Cíveis e Militares, a fim de garantir condições de trabalho e valorização destes profissionais. Além disso, a conquista efetiva da implantação de um posto de polícia integrada no município, bem como reforma completa do IML da cidade.

Integração da sociedade com os programas da polícia militar na prevenção e orientação contra o uso de drogas, violência doméstica e outros ilícitos com o diálogo permanente com os poderes e a sociedade, pois nenhuma ação na área de segurança pode ser isolada.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO E DAS COMUNIDADES RURAIS COM O FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DESTAS LOCALIDADES

O agronegócio brasileiro segue substancialmente focado na competitividade e na modernidade, impondo a utilização permanente da tecnologia como um silogismo para a sustentabilidade.

O planejamento deste setor abraça medidas que irão contribuir na formação, solidez e expansão do mercado produtivo municipal, com o apoio cooperativo à comercialização, na busca permanente junto aos agentes de financiamentos de crédito para custeio e investimento; empreendendo ações que possibilitem a garantia de preços mínimos e na conquista das subvenções ao seguro rural junto ao Ministério da Agricultura e outros Órgãos que ofereçam linhas de crédito para o setor agropecuário.

Nas metas consignadas neste Plano está a indução do crescimento da produção agrícola; a indicação de procedimentos que favoreçam a redução do impacto do custo para o produtor rural; a garantia do abastecimento regional e/ou nacional e com o consequente aumento da participação no mercado externo focando a especial situação logística do município e com a potencialização das estruturas do Porto seco existente no município.

O plano irá contemplar o suporte às demandas do setor agropecuário, principalmente, ao fomento da agricultura familiar conduzida em pequena escala em sítios, chácaras e assentamentos rurais viabilizadas por um eficiente programa de verticalização do setor.

Todas as ações focarão a sustentabilidade que envolve o desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais, pois o desenvolvimento sustentável visa "ao atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades".

A transformação de modelos estabelece um novo cenário para o processo de desenvolvimento das atividades agrícolas, florestais, pecuárias e focadas na realidade local este Plano irá desenvolver e estimular as boas práticas agropecuárias privilegiando os aspectos sociais, econômicos, culturais, bióticos e ambientais, incluindo, sobretudo, os sistemas de produção integrados, de plantio direto, agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária-floresta plantada, conservação do solo e recuperação de áreas degradadas.

A governança de **2021-2024** apoiará o produtor com a formulação de programas e projetos direcionados para a assistência técnica, financiamento e normatização das práticas rurais sustentáveis corroborando com o importante desempenho municipal nos indicadores de produtividade estadual e nacional, sem, no entanto, olvidar da conservação e preservação do meio ambiente.

Isto posto, além das proposições insertas acima, outras ações serão focadas para o setor Agropecuário do município com metas específicas:

- + Na agregação de renda aos produtos do setor,
- + Criação de selos de qualidade,
- + Incremento do programa da verticalização da agricultura,
- + Implementação de barracão do produtor rural com potencialização da comercialização,
- + Inclusão de hortas escolares na rede de ensino municipal (a partir da horta, o estudante tem garantida a possibilidade de aprender a plantar, selecionar o que plantar, planejar o que plantou, transplantar mudas, regar, cuidar, colher, decidir o que fazer do que colheu e, com isso, alterando sensivelmente a relação das pessoas com o ambiente em que elas vivem, estimulando a construção dos princípios de responsabilidade e comprometimento com a natureza, com o ambiente escolar e da comunidade, com a sustentabilidade do planeta e com a valorização das relações com a sua espécie e com as demais).
- + Desenvolvimento de programas de fomento à agricultura, como o de incentivo à horticultura, integrando pequenos horticultores, e programas para as culturas de soja, milho, arroz, sorgo, cenoura, batata, tomate, café e cana-de-açúcar.
- + Desenvolvimento de programas de fomento à pecuária, como os de incentivo à produção de leite, ao confinamento de bovinos, à nutrição animal, à avicultura de corte e à suinocultura.
- + Manutenção de parcerias com instituições envolvidas com o desenvolvimento da agropecuária: EPAMIG, EMBRAPA, EMATER-MG, IMA, IEF, FAZU, ABCZ, CERTRIM, COPERVALE e IFTM.
- + Ampliação das linhas de transporte coletivo para os bairros rurais.
- + Construção de rede de esgoto e de fossa comunitária.
- + Reforma das Unidades Básicas de Saúde dos bairros rurais.
- + Ampliação e/ou implantação do Programa de Saúde da Família.
- + Pavimentação asfáltica das vias de acesso às áreas de lazer e ruas dos bairros rurais.
- + Pavimentação e criação de praças esportivas nas comunidades rurais.
- + Manutenção e aprimoramento dos programas de atendimento ao pequeno produtor e à agricultura familiar da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- + Promoção de políticas de incentivo à produtividade e atendimento às necessidades de infraestrutura dos assentamentos rurais.

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA COM GERAÇÃO DE EMPREGOS

Neste capítulo irá ocorrer uma assertiva busca da atração de empreendedores por meio de incentivos e suporte em geral, principalmente, para atrair sociedades empresárias e microempresários com a responsabilidade de gerar empregos e renda.

Assegurar benefícios como atratividade para a instalação de plantas fabris no município de Uberaba comprometo-se a Prefeitura Municipal como parceira permanente na viabilização de escolas profissionalizantes e de qualificação profissional capacitando e adequando a mão de obra dos munícipes à realidade de um mundo globalizado e competitivo.

Implementar programas simples e exequíveis potencializando a atratividade oferecida pelo Município concernente aos incentivos oferecidos àqueles que vislumbrarem o município como parceiro para a instalação de novas empresas e, sobretudo, consolidando uma parceria séria e justa com todos os setores identificados em Uberaba (empresários, agropecuaristas, empreendedores, representantes de todas as atividades que geram emprego e renda).

Escriturar compromissos de apoio na participação das sociedades empresárias em feiras pelo Brasil focando a conquista de novos mercados e a possibilidade de geração de novos empregos.

Sublinhar, permanentemente, as potencialidades da culinária local, artesanato e outros produtos confeccionados no município com a estrita observância de criar novos postos de trabalho.

Criação de regimes especiais de incentivos fiscais por meio de legislação a ser chancelada pela Câmara Municipal estabelecendo os critérios de seleção de novas sociedades empresárias, produção mínima mês, geração de emprego e renda (priorizando os munícipes) de maneira a oferecer segurança jurídica para os novos investidores que pretenderem construir suas plantas fabris no município.

Formulação e consolidação do modelo das Parcerias Público-Privadas e Fundo das PPP's com um grupo gestor que possibilite a consolidação do Distrito Industrial de Uberaba considerando que já existe dois pólos industriais com o fim precípua em comento.

Criação de um moderno modelo de Gestão com o remanejamento do ativo funcional na condução de uma AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO (**AGEMDE**), assessorada por um Conselho Gestor, integrada por comerciantes, empresários e profissionais liberais.

Incentivar as compras e tomadas de preços da Prefeitura, preferencialmente, no próprio município com a finalidade de fortalecer o comércio local; gerar mais empregos; proporcionar o desenvolvimento; aumentar a arrecadação; melhorando a qualidade de vida da cidade.

Promover a recuperação, adequação e reformulação dos Pontos Turísticos existentes e a criação de novos Pontos Turísticos, concomitantemente, criando POSTOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA – BUREAU DE TURISMO com pessoal treinado, qualificado e equipado; distribuindo folders, souvenirs e prestando informações sobre os principais pontos turísticos da cidade.

Implementar programas efetivos com ferramentas dinâmicas de divulgação das potencialidades do município, por intermédio da *internet*, em especial as redes sociais, pois é a principal fonte de informações dos turistas internacionais no mundo, consolidando a indústria do turismo municipal.

Estruturar de forma ampla o grande potencial turístico realçando as suas especificidades existentes construindo uma alternativa econômica diferencial para o município com a factível e real alavancagem do Turismo decretando o fim da inércia na exploração deste setor.

Estruturação de programas diversificados com as atividades de entretenimento com fito no aproveitamento sustentável dos belíssimos lagos oriundos do Rio Grande. O custo/benefício é extremamente adequado e contando com o sentimento de apoio da comunidade Uberabense, a cidade irá ratificar e fortalecer no seu dia a dia, o seu merecido STATUS de potencial turístico de Minas Gerais.

Promover parcerias com o trade turístico focando a grande extensão territorial da região e suas atrações desenhadas pela natureza, como rios e cachoeiras, quedas d'água, promovendo a prática de enduros, trilhas, canoagem e outros.

Formulação de planejamento estratégico com a consequente implementação de PROJETO TURÍSTICO E CULTURAL consistente potencializando o desenvolvimento do turismo interno e que possa atrair uma parcela dos turistas que visitam o Município ou que passam por ele e com a adequada estratificação socioeconômica dos turistas.

Potencializar ações convergentes para o ECOTURISMO por se tratar de um forte segmento do mercado turístico que tem recebido atenção em função de suas relações com a dinâmica cultural e ecológica com possibilidade de elaborar políticas públicas direcionadas à distribuição de renda e voltadas para a mudança social.

Incentivar com políticas claras fomentando o turismo religioso, classificado na categoria cultural, que movimenta mais de 60 milhões de pessoas em todo o mundo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Recompor a capacidade de investimentos do Município, de modo que seja capaz de elevar o atual conjunto de investimentos, atraindo e viabilizando vultosos investimentos em infraestrutura, focando a situação geográfica do município e fomentando o desenvolvimento da logística considerando as potencialidades da multimodalidade existentes (rodovias, porto seco, aeroporto e ferrovia).

Induzir, democraticamente e tecnicamente, a seleção de cadeias produtivas importantes (existentes ou a serem implantadas) dando amplo apoio institucional para o seu desenvolvimento.

Priorizar os incentivos para as micro, pequenas e médias empresas com a articulação destas sociedades empresárias com as grandes empresas âncoras, tendo como foco de atuação os Arranjos Produtivos Locais.

Consolidar a ZPE existente aprimorando seu projeto, sua composição e atratividade.

Priorizar um amplo mapeamento das deficiências e investimentos em todos os distritos industriais, melhorando as suas infraestruturas quanto à urbanização, segurança, saneamento, energia elétrica e comunicação/conexão de alto padrão.

Apresentação de políticas viáveis de incentivos fiscais e fomento à economia, visando o fortalecimento e massificação dos critérios objetivos de concessão de tratamentos tributários diferenciados por setor econômico, divididos em área de proteção ao mercado Municipal e de captação de novos investimentos, calçado em um planejamento estratégico por setor econômico.

Focar a criação de regras únicas por setor, com o fim de realinhar a carga tributária para uniformizar os tratamentos tributários dados aos grandes e médios contribuintes.

Alinhar a relação empresário/Município sem a excessiva burocratização do atendimento, sem a complexidade e dispersão das regras, objetivando a atração permanente de novos investimentos para o município e promovendo as ampliações dos investimentos existentes.

Consolidar a figura de um Governo Municipal capaz de gerir e orientar atendimento único, claro, transparente e objetivo às empresas que revelam a intenção de realizar grandes investimentos em Uberaba.

No que tange à POLÍTICA URBANA observa-se que Uberaba merece uma adequação da sede municipal com um moderno **Complexo Industrial Portuário – PORTO SECO** visando acompanhar o desenvolvimento regional.

Visualiza-se que o município pode ser um centro de apoio logístico e, com isso, pode oferecer infraestrutura para o transporte de carga e usufruir dos resultados como a constituição de um grande vetor de desenvolvimento – **POLO LOGÍSTICO Regional**.

A atividade inerente ao Distrito Industrial planejado é vital para Uberaba, por isso, é preciso trabalhar de forma técnica e cooperativa. É preciso que seja viabilizado ajustes na regulamentação e planejamento para a cadeia logística de infraestrutura de transporte de carga. Será preciso aglutinar forças em favor da criação deste grande COMPLEXO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE UBERABA e elaborar um planejamento futuro em termos comuns, criando estruturas exclusivas à logística de transportes sugerindo, sobretudo, o modelo das Parcerias Público-Privadas.

ESPORTE E LAZER COMO DIGNIDADE HUMANA

A prática desportiva tem se constituído, nas últimas décadas, como um dos principais componentes para se pensar – o homem na sua totalidade. O esporte, além do seu aspecto competitivo, ao destacar a sua motricidade como um componente fundamental de toda a atividade física, será valorizado enquanto componente importante para a inclusão social.

Por meio da prática das diversas atividades físicas, buscar-se-á desenvolver os seguintes aspectos: a solidariedade, a integração das diferenças individuais, o resgate da autoestima, os aspectos culturais, a cidadania com a associação à sua dinâmica educativa.

Ocupa ferramenta alternativa, mas de relevo ímpar, a criação de uma COMISSÃO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER com o intuito de discutir, elaborar e coordenar todas as atividades desportivas da cidade. Elas acontecerão nas escolas municipais e nas comunidades.

Realizar uma ampla política esportiva nas comunidades, em parceria com os governos Federal/Estadual/Parceiros, auxiliando os jovens com o Programa BOLSA-ATLETA e outros projetos sociais Federais/Estaduais.

Considerando a proposição contida nas prioridades de nosso Governo será criado um calendário anual com todas as atividades físicas a serem realizadas e os respectivos locais.

Os compromissos abrangem à concessão de bolsas, apoio nos Jogos Estudantis do Interior de Minas, elaboração de calendário de festas e eventos para cada ano, e que possam gerar a projeção da Cidade em nível Regional, Federal e Internacional.

Reestruturação dos Jogos Estudantis visando à integração entre as escolas; projetos sociais voltados para as comunidades carentes destinados ao resgate da cidadania e, ressaltando, sobretudo, as atividades direcionadas à “terceira idade/melhor idade”.

Identificação com a formulação de espaço como uma moderna Praça de Esportes e, campos de futebol para realização de torneios e incentivos às diversas escolas de ensino do futebol e demais atividades correlatas.

Incentivo ao futebol amador para realização dos seus campeonatos em diversas categorias com a melhoria de todos os Ginásios Poliesportivos, recuperação de quadras de esportes. Buscar, principalmente, a construção de novos Centros Desportivos para o fomento do desporto Uberabense.

Proceder ao levantamento das necessidades propostas como ações e formular projetos para a viabilização junto aos Governos Estadual e/ou Federal e com a iniciativa privada por meio de Parceria Público-Privada estabelecendo metas para a formulação destes elementos técnicos seguindo, evidentemente, a legislação que norteia o tema.

MORADIA E ASFALTO PARA TODOS

Promover uma ampla reforma com levantamentos situacionais de cada Bairro com a quantificação das necessidades físicas de cada localidade.

Formular planejamento estratégico com o objetivo específico de elaboração de projeto para a realização de unidades habitacionais sociais com uma escala progressiva de arrecadação atrelada às taxas de IPTU das glebas de terras/terrenos desocupados.

Aplicar a arrecadação oriunda dos acréscimos dessas receitas supraditas, amparada em Projeto de Lei a ser apresentado na Câmara dos Vereadores, exclusivamente, na execução de novas unidades habitacionais, melhorias das unidades existentes e obras de infraestrutura localizadas nas áreas da arrecadação.

Formular projetos com as respectivas proposições contidas no Plano de Governo, mas como Plano de Trabalho (identificando o objeto, quantitativos, custos, especificações e prazo para o cumprimento de cada um).

Coibir com ações pragmáticas o crescimento de construções irregulares.

Implementação de uma política pública voltada à construção de habitação destinada à população de baixa renda, desacelerando-se a formação de loteamentos sem a estrita observância dos fatores sociais e de arrecadação – ação a ser quesito imperativo junto às Secretarias afins.

Fortalecer a municipalização das políticas de habitação para a correta identificação das necessidades habitacionais. Iniciar pela realização do mapeamento das áreas mais críticas da cidade, tendo por objetivo conter as invasões. Posteriormente, fazer o cadastramento traçando um perfil socioeconômico das famílias. A partir de então, elas se comprometerão, em regime de mutirão, a construir suas casas com o apoio da prefeitura.

Estabelecimento de uma POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR com financiamento da Caixa Econômica Federal e recursos do FGTS ou Fundo Especial a ser criado pelo Município de Uberaba para a construção de casas, em regime de mutirão, individualizadas e com assistência de engenheiros e arquitetos.

Formação de uma equipe multidisciplinar, em convênio com as Universidades Públicas e/ou particulares, para estudo e pesquisa de projetos de construção de casas populares objetivando a implantação quantitativa e qualitativa de unidades habitacionais com custos reduzidos e adequados à renda das famílias com menor capacidade de endividamento junto aos agentes financeiros.

CIDADE LIMPA

Criar o **Programa Uberaba Bem Cuidada**, priorizando o planejamento integrado dos trabalhos de manutenção da cidade, como capina, limpeza de bueiros, poda de árvores, pintura de guias, iluminação, garantindo uma cidade limpa e bem cuidada.

Aperfeiçoar a coleta de resíduos, limpeza urbana e implantar o sistema de coleta seletiva, com foco na sustentabilidade.

Realizar a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos e orientar sua adequada conservação com a criação de programas que envolva toda a comunidade Uberabense.

Reformas e revitalização dos Parques municipais.

Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos.

Implementar programa de plantio de árvores nos principais logradouros públicos da cidade.

Democratizar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), garantindo que sua composição represente os vários segmentos da sociedade com transparência e divulgação dos assuntos desenvolvidos.

Buscar apoio na esfera federal (Parlamentares) objetivando a inserção de emendas orçamentárias ou na seleção de rubricas constantes na LOA dos Ministérios da Cidade, Saúde ou Integração Nacional que possibilite a execução das obras afetas ao Sistema de Macro Drenagem do município.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Os últimos governos incharam a máquina administrativa do Município valorizando o apadrinhamento político em detrimento do servidor público.

O dinamismo econômico que se espera atingir nos anos 2021-2024 em Uberaba exige revisão do desempenho dos Colaboradores Municipais, o que o inchaço da máquina não permite, sendo preciso uma ampla reforma administrativa para que seja possível a ocorrência desta premissa.

Para isso, será necessário apresentar propostas e ações para a melhoria da Gestão Municipal, mas, especialmente, com ênfase na gestão pública e no atendimento das demandas sociais em harmonia com as diretrizes programáticas do Governo.

A visão estruturante é fazer uma gestão democrática com participação e eficiência dos agentes públicos com foco substancial na cidadania e controle social por uma cultura democrática e transformadora na vida pública.

A máquina pública é o conjunto de estruturas, recursos humanos e instrumentos que são mantidos com recursos públicos. Melhorar o seu desempenho e utilização, assim como dos recursos, constitui uma das metas do nosso Governo ciente dos princípios norteadores da gestão pública, sendo necessária, uma reforma administrativa levando-se em conta, sobretudo, o resgate do papel dos servidores públicos como cidadãos remunerados pela população e com a inserção de contrato de gestão na busca permanente de resultados.

O resgate do papel dos servidores públicos como cidadãos remunerados pela população, que devem prestar serviços de qualidade aos demais cidadãos, tem como alicerce a inclusão do Servidor como partícipe do processo de gestão pública, através do binômio reconhecimento e recompensa.

Dentro dessa perspectiva está a recuperação do papel dos servidores públicos, instituindo e/ou aperfeiçoando uma política relativa aos servidores e garantindo o investimento contínuo na sua capacitação, por meio de parcerias com Instituições de Ensino.

É importante ressaltar que a ampliação dos direitos e das políticas públicas exige, para seu pleno sucesso, um funcionalismo tecnicamente competente, motivado e principalmente comprometido com sua missão cidadã.

Por isso, os servidores públicos do Município carecem receber valorização e isonomia entre os que exercem atribuições similares, respeitadas as carreiras próprias e os níveis funcionais e com o respeito e cumprimento do Plano de Carreira resultante das conquistas dos servidores.

Dar liberdade de acesso ao servidor junto ao prefeito, valorizando a qualificação profissional e criando um canal permanente de diálogo como cooperação mútua, recíproca, responsável, humanizada e objetivando o tripé da eficiência, eficácia e efetividade.

Revisão do plano de carreira que indique progressão clara dos servidores com a valorização do trabalho, da qualificação profissional e que seja, ao mesmo tempo, viável para os cofres públicos e satisfatórios para os anseios dos servidores. Estas ações terão a permanente participação dos representantes dos servidores públicos em uma gestão compartilhada dessas decisões que irão possibilitar esta reestruturação.

CULTURA

Promover a qualidade de vida dos Uberabenses compreendendo e tratando a cultura como um elemento constitutivo da formação e disseminação dos valores, da transformação social e econômica.

Cuidar das manifestações e do patrimônio, dos criadores e artistas das mais diversas áreas.

Contribuir de forma permanente, ativamente e com efetividade para a produção e difusão da arte de forma democrática e acessível nas suas mais variadas linguagens e formas de expressão tradicionais e contemporâneas, baseadas no princípio da diversidade e de que nesse território tudo é lícito, tanto no campo popular como no erudito.

Reconhecer permanentemente o papel da cultura como fonte, meio e processo efetivo de mudança e transformação da sociedade.

A gestão municipal será a mediadora entre as esferas pública e privada, entre os artistas, produtores e usuários, promovendo de forma dinâmica o surgimento e fortalecimento de oportunidades caracterizadas pela liberdade e pluralidade.

Focando o interesse público e coletivo o nosso Governo atuará como indutor de um grau expressivo de inclusão e acesso à produção, à circulação de bens culturais e artísticos.

Implementar políticas claras objetivando a criação das bases para um desenvolvimento cultural com sustentabilidade, inserido na economia criativa, com capacitação de recursos humanos especializados e estrutura ativa para produções oriundas de outras localidades.

Implementar ações em parceria com o Governo de Minas, Assembléia Legislativa do Estado de Minas e com outras instituições visando transformar Uberaba num POLO CULTURAL alternativo do Triângulo Mineiro, produzindo e fomentando uma programação cultural intensa de incentivo e apoio aos artistas locais, a cultura tradicional e comunitária.

Investir permanentemente na cultura fundamentando a contribuição na elevação da autoestima do povo e fazendo com que todos valorizem mais a cidade e se tornem responsáveis por sua história, suas tradições e seu destino; auxiliando a fixar os novos moradores sedentos por bens culturais de qualidade; oferecendo à juventude uma opção saudável para a canalização positiva de suas energias e potencialidades; possibilitando a vinda de um imenso contingente de visitantes e turistas para a cidade; profissionalizando jovens e possibilitando a geração de renda para artistas e artesãos; alegrando a cidade, alimentando os espíritos e criando um clima de respeito, fraternidade e boa convivência.

Criação de espaços com a denominação de ZONAS CULTURAIS administradas por artistas da terra, subordinadas à Secretaria Municipal pertinente, objetivando criar espaços de cultura para a descoberta e estímulo aos talentos locais.

Criação do CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS com o objetivo de fortalecer as festas tradicionais da cidade e a criação de novas festividades, como Festival de Música, Gincana de Artes Plásticas, Festival Gastronômico, com shows de artistas locais e, em discussão com toda a comunidade de Uberaba, definir um GRANDE EVENTO ANUAL que possa projetá-la, ainda mais, no cenário nacional e internacional.

Elaboração de um plano de trabalho que atenda às características específicas dos grupos e a existência de mestres artesãos e de outros talentos com a inserção de todas as segmentações dos ativos culturais de Uberaba.

Estimular os empresários a adotarem ações proativas em relação à cultura de patrocínio, de investimentos em fundos de cultura e participação em programas de patrocínio incentivados com a renúncia fiscal.

Elaboração de PROJETO DE LEI com adequações democráticas e justas no Plano Municipal de Cultura de Uberaba, definindo e transformando em Lei pela Câmara de Vereadores, dando estabilidade institucional, assegurando a continuidade das políticas públicas de cultura.

Desenvolver a cultura em todos os seus campos como expressão e afirmação de identidade democratizando o acesso e descentralizando as ações culturais num movimento de mão dupla centro-periferia / periferia-centro e/ou demais localidades.

Estimular, por meio da cultura, o exercício da cidadania e da autoestima dos Uberabenses, dando especialmente aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade.

INCLUSÃO SOCIAL

O direito universal da pessoa humana tem na cidadania a sua realização. A cidadania plena é o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais. Os direitos civis são os preceitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, no direito de ir e vir, na livre manifestação do pensamento, na inviolabilidade do lar, e, fundamentalmente, no acesso à justiça para todos.

Os direitos sociais traduzem a garantia aos indivíduos de participação na riqueza coletiva. Por isso, tendem a exigir do poder público, quando cabível, intervenção que assegure o acesso à alimentação, ao trabalho, à moradia, à saúde, à proteção, à maternidade, à infância e à velhice, à segurança, ao esporte, à educação, ao lazer, à igualdade de raça, de gênero, à proteção, defesa e garantia dos direitos humanos.

Ao delinear uma estratégia para uma Uberaba solidária e justa, há de se considerar que a cidadania, a proteção e a inclusão social são temas transversais que envolvem várias políticas setoriais, além da atuação direta ou indireta de diversas instituições.

Contudo, para conferir eficiência e eficácia aos programas e, assim, otimizar e dar visibilidade aos resultados, é conveniente a organização dessas políticas em um local específico, no qual se reúnem as principais ações e, fundamentalmente, onde se exercita a coordenação delas, incluindo as ações a cargo de outros órgãos, na busca de um objetivo comum.

Identificar os “excluídos” será função precípua da Governança da coligação **A VERDADEIRA MUDANÇA**, pois indivíduos desempregados, em condição instável e precária de trabalho, pouco valorizados socialmente e com pequeno ou nenhum poder político está impossibilitado de exercer seus direitos de cidadão. A despeito de não existir um limite claro e preciso da ideal cidadania plena, o mais importante para essa discussão é pensar o que seria estar desintegrado remetendo-nos à conclusão de que um ser humano não pode viver sem participar de uma sociedade.

Para que haja uma adequada inclusão social em Uberaba, a preocupação deve ser voltada para as famílias em situação de **vulnerabilidade social**.

A pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais.

Para enfrentar essa complexidade, é preciso autonomia e participação. Os mecanismos participativos podem proporcionar voz às mulheres e homens, especialmente, dos segmentos pobres e excluídos da sociedade.

Os órgãos e serviços descentralizados devem refletir as condições locais, as estruturas sociais e as normas culturais. **Os pobres são os principais agentes da luta contra a pobreza. Assim, devem ocupar um lugar central na elaboração, implantação e monitoramento das estratégias de redução da pobreza.**

Aperfeiçoar os programas municipais que garantam a integração dos instrumentos de transferência de renda federal, estadual e municipal para ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Atendimento prioritário das ações da Assistência Social aos beneficiários dos programas de transferência de renda, visando à emancipação das famílias.

Adequar a rede de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) para atender a demanda do município nas regiões de maior vulnerabilidade e com o auxílio dos agentes de saúde que receberão sistema de atividades com a ferramenta gerencial via internet (tabletes).

Aumentar a oferta de programas complementares, como microcrédito, capacitação profissional, alfabetização de adultos, cooperativismo e ações de educação, cultura, esporte e lazer para famílias em situação de vulnerabilidade social.

IGUALDADE DE GÊNERO

Outra temática que merece destaque na construção de uma Uberaba solidária e justa é a igualdade de gênero, tema que vem crescendo na agenda mundial, tendo participado de iniciativas importantes como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a criação da ONU Mulher pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 2010, e que ainda teve importância reiterada com a sua manutenção no estabelecimento dos atuais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Entretanto, ainda que as mulheres estejam conquistando, nos mais diversos âmbitos, um espaço de maior equidade, sua situação ainda é considerada um desafio para as sociedades contemporâneas, já que há pouca variedade de políticas públicas adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa desse segmento.

Um distinto ponto a ser considerado diz respeito ao fato de que os maiores avanços neste assunto no Brasil abordam a mulher no período da gestação ou como vítima de violência. Sem minimizar a importância desses dois aspectos na construção de uma democracia igualitária, é importante que também existam esforços para a valorização da mulher em outros aspectos.

São necessários, assim, esforços para difundir uma cultura da igualdade de gênero, seja por meio da integração da perspectiva de gênero nas estratégias de educação e formação, seja na oferta da igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, seja no estímulo e ambientação da participação política das mulheres.

Promover ações no âmbito da Lei “Maria da Penha” e do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Disseminar cursos profissionalizantes e de capacitação voltados para o público feminino em parceria com a sociedade em geral.

Promoção da formação e sensibilização de agentes Públicos e Sociedade Civil nas Questões de Gênero.

Implementar espaços de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Criar estruturas de abrigo garantindo a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de morte e de seus filhos ou filhas menores de idade.

Promover um amplo debate por meio de audiências públicas definindo um plano estratégico na formulação de ações voltadas para mitigar os conflitos que envolvem o tema.

IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade de gênero se impõe como pauta urgente, especialmente, em razão do crescente protagonismo social das pessoas transexuais e da vocalização crescente de demandas

específicas trazidas à esfera pública, com relação às quais o município de Uberaba não se mostra indiferente.

Historicamente, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tem enfrentado preconceito e discriminação, o que impede o exercício de sua cidadania como sujeito de direitos.

Assim, a continuidade e o fortalecimento de ações que possam contribuir para o enfrentamento do preconceito e da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em Uberaba, bem como o compromisso político com a promoção dos direitos humanos e da cidadania de LGBT, irão resultar no Programa Uberaba sem Homofobia, que propõe a articulação intersetorial de diversas políticas sociais.

Temas como: a realização de diagnósticos e o mapeamento do preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na cidade e em seu entorno; o conhecimento das principais demandas dos movimentos sociais de LGBT e a construção de estratégias de intervenções são compromissos do nosso Governo com a consequente construção do Plano Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de LGBT.

Promover permanentes debates com foco na educação para a Diversidade Sexual.

IGUALDADE RACIAL

A ONU, empenhada em dirimir as desigualdades raciais no mundo, estabeleceu o período entre 2015-2024 como a Década Internacional dos Afrodescendentes, adotando como mote de atuação dos governos o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento.

Considerando que o Brasil é o país com a maior população negra fora a África, é preciso que os três níveis de governo, aliados à sociedade civil em suas instituições privadas e organizações sociais, mobilizem esforços para a superação das desigualdades étnico-raciais que ainda persistem no país.

O reconhecimento da existência do racismo e suas consequências desafiadoras para o desenvolvimento sustentável implicam desenvolver ações no campo estratégico da promoção da igualdade racial através das políticas afirmativas, projetos e programas que impliquem a médio e longo prazo a melhoria da qualidade de vida.

Importante ressaltar que a política de igualdade racial é transversal a todas as políticas, tendo em vista os indicadores nas áreas: saúde, educação, cultura, esporte, lazer, políticas sociais, planejamento urbano, assistência social e outros. Isto significa que para a sua concretização é necessário um pacto de todos os gestores.

A situação de exclusão do negro do processo de incorporação social, bem como a idéia de inferioridade da raça negra, perdurou ao longo dos anos até que, nas últimas décadas do século XX, a partir do surgimento do movimento negro, emergisse uma denúncia direta da discriminação racial como prática social. Esta denúncia repercutiu e ensejou o debate sobre a necessidade da reparação da dívida social, sobretudo refletida na desigualdade da população negra. Este debate, incorporado à Constituição, culminou na criação de um conjunto de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial que resultaram na aprovação de leis relativas a cotas em concursos e cargos públicos não apenas para negros como também para indígenas e ciganos.

O nosso Governo irá estruturar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com metas claras que irão abranger o desenvolvimento de políticas que visem justiça social a partir de programas e projetos que estimulem o acesso ao emprego, renda, moradia, saúde, educação, qualificação de servidores das diversas áreas a fim de que todos participem dentro de seus setores do desenvolvimento da temática, reconhecimento das comunidades e povos

tradicionais; superação do racismo institucional; desenvolvimento de dados a partir do preenchimento do quesito raça/cor para medir de forma mais assertiva o desenvolvimento da política e permitir melhor monitoramento.

Neste sentido promover a igualdade racial significa: articular as políticas públicas de forma transversal e intersetorial, tornando-as igualmente acessíveis a todos os grupos étnicos que compõem a cidade. Para tanto, as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e superação do racismo devem se dar em conjunto com os órgãos que executam as políticas públicas no município, com o intuito de atender às especificidades de cada grupo.

“TERCEIRA IDADE/ MELHOR IDADE”

Permanente atenção às políticas públicas municipais focando as pessoas idosas, especialmente na implementação, qualificação e monitoramento de ações voltadas para a Pessoa Idosa, que constitui um importante referencial para o direcionamento das ações e que contém as principais recomendações nacionais e internacionais com a adoção de três prioridades: a participação comunitária e social; a promoção da saúde e do bem-estar e a garantia de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento ativo e saudável.

Desenvolver o Plano Municipal da Pessoa Idosa apontando diretrizes para que Uberaba se torne uma cidade que estimula o envelhecimento ativo.

Garantir o acesso à saúde, à educação, à habitação, à cultura, ao esporte e lazer.

As estruturas e serviços serão acessíveis e irão promover a inclusão dos idosos com diferentes capacidades e graus de necessidades.

Monitoramento do cuidado da pessoa com diferentes graus de dependência e com estrita observância ao enfrentamento da violência e maus tratos.

Realçar a figura de Uberaba como uma Cidade Solidária e Parceira do Idoso consolidando o entendimento que será uma cidade para todos, pois o envelhecimento é um processo que dura a vida toda.

Assistir o idoso em todas as situações, desde a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento das doenças e complicações, reabilitação, e ampliando a assistência domiciliar médica e multiprofissional para os idosos acamados ou restritos ao domicílio pelos profissionais do Programa de Saúde da Família e cancelado por um geriatra.

Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade.

Criar o PROGRAMA Pontos de Encontro, sobretudo nos bairros com maior concentração de pessoas idosas ou promover a integração entre eles com a oferta de deslocamento por intermédio da Prefeitura.

Incentivar agências e operadores de turismo a promover atividades de lazer e turismo para a população idosa, em consonância com as iniciativas do governo federal e/ou estadual.

Incentivar o setor privado e as ONG's a gerarem alternativas de moradia para pessoas idosas sem proteção familiar.

Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas.

Estimular as atividades das Universidades Abertas da Terceira Idade.

Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos.

Criar, por meio de parcerias, o Programa de Cuidadores de Pessoas Idosas.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/ESPECIALIDADE

O atendimento especial à pessoa com deficiência faz parte do conjunto dos direitos humanos. Todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação ou constrangimento.

A realização dos direitos das pessoas com deficiência exige ações que contemplem tanto o direito universal quanto o direito de grupos específicos, tendo sempre como objetivo principal minimizar ou eliminar a lacuna existente entre as condições das pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 2006, é o documento que reconhece o valor de cada indivíduo independente de sua funcionalidade e apresenta linhas de ação que permitem que os países alcancem o objetivo de todas as pessoas atingirem seu potencial.

Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovada em 2015, e que passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, estabeleceu um novo arcabouço legal na promoção dos direitos e das liberdades fundamentais inerentes às pessoas com deficiência, trazendo à luz do contexto contemporâneo um novo paradigma referente à inclusão social e à cidadania.

Em Uberaba, as políticas públicas de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência serão articuladas, com ênfase nos seguintes eixos estruturantes: **disseminação da informação; intersetorialidade entre os órgãos da administração direta e indireta; promoção da acessibilidade no princípio do desenho universal, visando à plenitude do direito de ir e vir por meio do acesso aos equipamentos e serviços públicos.**

Formular programas em sintonia com a Lei Brasileira de Inclusão pautando a política municipal na sinergia de todas as políticas públicas, em seus aspectos sociais e urbanos, que garantam os direitos das pessoas com deficiência e estabeleçam uma sociedade inclusiva.

Implantar políticas desenvolvidas pelo governo federal de forma integrada a programas locais para pessoas com deficiência e/ou especialidade, descentralizando a oferta dos serviços.

Garantir o cumprimento da legislação voltada ao segmento das pessoas com deficiência/especialidade, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada.

Estimular o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência/especialidade desenvolvendo campanhas educativas sobre os seus direitos.

Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência/especialidade promovendo a adaptação de calçadas e acessos aos prédios públicos, ao transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade, de acordo com o Decreto Federal nº 5296/04.

Estabelecer um plano de acessibilidade que garanta a mesma condição de acesso para todos os serviços e atividades de lazer constituirão compromisso na pauta do município, no intuito de sensibilizar para transformar atitudes e estabelecer a devida consciência quanto à demanda de termos uma cidade acessível.

JUVENTUDE

Transformar as praças públicas em espaços destinados a ações esportivas e culturais, respeitando a diversidade das regiões da cidade.

Fortalecer o Conselho Municipal de Juventude, para formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais.

Implantar o projeto Cultura Viva, em parceria com o governo federal e/ou estadual, visando fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas.

Desenvolver na cidade o programa Juventude e Meio Ambiente, do governo federal, que visa à formação e o fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens.

Implantar o projeto Primeiro Emprego, em parceria com o governo federal, para oferecer qualificação profissional a jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

Promover campanhas informativas sobre sexualidade e drogadição.

Garantir atendimento adequado e diferenciado aos jovens em situação de drogadição e às suas famílias, para que sejam tratados como dependentes químicos sujeitos de direitos.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à família.

Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade em relação à criança e ao adolescente.

Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fomento e apoio a planos, programas e projetos municipais regionais de atendimento protetor à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

CIDADE SUSTENTÁVEL

Objetivando a definição de um plano harmonioso da Cidade que todos nós almejamos, o nosso Governo promoverá um amplo debate público com um canal aberto de comunicação entre o poder público e a sociedade, focado na discussão da política urbana.

Revisar o Plano Diretor de Uberaba com equipe adequada com o acompanhamento do amplo processo participativo a ser iniciado em janeiro de 2021 criando oportunidades reais de participação dos munícipes, convidados a partilhar da constituição do diagnóstico e das diretrizes, explicitando a forma como almejam viver em Uberaba.

Cumprir a revisão deste Plano Diretor como obrigação legal irá legitimá-lo possibilitando a mais adequada condição de sustentabilidade e prosperidade à cidade, conciliando qualidade de vida, qualidade ambiental, beleza e melhoria de suas condições de atratividade de empreendimentos e negócios que geram empregos, renda e inovação.

Percebe-se, na comunidade Uberabense, um forte desejo de mudança e do pleno direito à cidade, diante da constatação de que a vida urbana continua exigindo profundas intervenções e modificações em seu perfil atual. Para levá-las a bom termo, ficou evidente a necessidade:

de uma reformulação ampla das normas de ordenamento e regulação territorial; da garantia do cumprimento da função social da propriedade, otimizando o acesso e o aproveitamento do solo e da infraestrutura instalada; da priorização de investimentos que possibilitem a melhoria de condições de vida, moradia e deslocamento em Uberaba e a redução drástica das desigualdades que nela se observam. A métrica será distribuída em seis eixos prioritários, que deverão conformar o conteúdo do novo Plano: *estruturação urbana, desenvolvimento, mobilidade, meio ambiente, cultura e habitação*.

Estes eixos serão estabelecidos a partir da identificação e análise das características físicas, atividades predominantes, vocações, problemas e potencialidades e para eles serão propostas estratégias voltadas para um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável.

O objetivo é corrigir as distorções e proporcionar o alívio de áreas nas quais se verifica um elevado grau de saturação, bem como estimular o adensamento daquelas dotadas de infraestrutura compatível com uma ocupação de maior intensidade.

A associação com as redes de transporte coletivo irá consubstanciar o conceito de desenvolvimento orientado pelo transporte, indicando um maior adensamento nas áreas com acesso imediato às estações e terminais, de forma a estimular o uso do sistema público de transporte ou de modos não motorizados em detrimento do veículo motorizado individual.

Intervenções para tornar as vias aptas a comportar o transporte de massa, e a receber maior número de usuários, possibilitarão reverter o atual modelo de mobilidade, à base de movimentos pendulares da população, em que o automóvel individual ocupa o papel de protagonista. Isto significa priorizar os meios coletivos e não motorizados, a redução da distância dos deslocamentos e a melhoria da acessibilidade com uma profunda verificação no sistema do BRT.

Redimensionar o mapeamento do sistema de tráfego urbano possibilitando que as pessoas se desloquem com rapidez, conforto e com um custo adequado, principalmente, em transporte coletivo, e onde o transporte de massa já tenha merecido a atenção das instâncias competentes, visando à sua estruturação.

Implementar uma rede integrada e inteligente dos transportes com modais diversos e complementares, adequados às diferentes situações da vida urbana, com respeito à supremacia do pedestre – a chamada cidade segura no trânsito.

A mobilidade se revela, assim, um dos pilares da qualidade de vida, com impactos consideráveis na sustentabilidade ambiental e, sobretudo, na prosperidade, pois as facilidades ou os entraves na circulação econômica de pessoas é fator relevante da competitividade da cidade na atração e desempenho dos negócios.

OUTRAS PRIORIDADES

Promover um amplo levantamento nas contas públicas e dar publicidade de todos os atos de gestão estruturando uma adequada e moderna Sala de Inteligência de Governança, em tempo real, com todas as receitas e despesas municipais de livre acesso aos usuários da internet.

Revisão de todos os projetos em andamento e a consequente prestação de contas nos moldes da transparência solicitada pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal e, especificamente, nas ações que envolvem o Projeto Água Viva, BRT e o Hospital Regional.

Criação de subprefeituras nos bairros, com remanejamento do quadro efetivo dos servidores municipais, a fim de viabilizar o contato direto do cidadão com o Executivo, sem onerar a coisa pública, e valorização das associações de bairro.

CAMINHOS A SEREM PERSEGUIDOS PARA UMA BOA GESTÃO

Toda e qualquer ação será implementada com a estrita observância do interesse público de modo razoavelmente barato, efetivo e transparente.

A meritocracia na seleção dos colaboradores deverá fulgurar mesmo em face da complexidade da administração pública, considerando que não é possível obter uma boa gestão, com resultados pelo menos razoáveis, se se parte da ideia de que os únicos capazes para realizar os objetivos do Plano de Governo são os servidores públicos e os nomeados.

Denota-se, na maioria das municipalidades que os servidores, nem sempre possuem o instrumental teórico e técnico para o desempenho de funções especializadas que requerem conhecimento específico e, sobretudo, de qualificação e capacitação para perseguirem resultados prospectados e com metas definidas. É relevante promover a reflexão sobre os resultados e atribuir ao mérito à parte que lhe cabe nos processos de escolha do pessoal de suporte na condução da máquina pública. Acerca dos colaboradores menos preparados é possível habilitá-los para outras ou novas funções, seja por esforço próprio, ou por intermédio de cursos apropriados de reciclagem necessários para as atividades da função pretendida.

É de extrema relevância ouvir as sugestões de publicitários ou comunicólogos desde que as orientações apresentem soluções práticas para as questões nascidas junto às lideranças e os demais poderes.

Traduzir os anseios dos insatisfeitos requer diplomacia acurada e a percepção dos motivos que originaram as querelas, pois o enfrentamento dos percalços surgidos na gestão pública é muito natural, pois, enfim, completa o processo da democracia e, como regra de princípio, qualquer outro tipo de procedimento que não foque a solução do problema surgido não irá sustentar-se por muito tempo, por isso a única recomendação possível, em casos de necessidade urgente, é a de deixar o suporte do Setor de Comunicação sobrestado, por um tempo, e se ocupar diretamente da substância das questões públicas pela via mais reta possível. **Para isso, carece o Gestor Público de um preciso diagnóstico da questão e das formas mais adequadas de solucioná-la.**

As demandas surgidas e propostas por grupos serão balizadas, quando forem atendidas, no atendimento da grande maioria dos munícipes, também, **traduzindo as ações contidas no Plano de Governo e suas adequações.**

Considerando a escassez dos recursos e, principalmente, as pessoas desigualmente dotadas por motivos variados e, sobretudo, de formação, não será possível atender a todos ao mesmo tempo, por isso, a necessária seleção dos beneficiários das ações com a implementação de simples critérios de escolha por prioridades visíveis. As políticas públicas estruturantes sempre serão, ao mesmo tempo, gerais e específicas, mas o ideal é que a definição das ações não seja excludente e minimize as desigualdades sociais tão visíveis no País.

O Gestor como Governo Municipal, deve trazer segurança ao conjunto dos cidadãos, empreender obras públicas estruturantes, criar condições ideais para que todos possam exercer seus talentos com um mínimo de igualdade de oportunidades na partida competitiva, o que implica em investimentos na educação e saúde, com alguma proteção seletiva aos menos favorecidos. Fazendo isso bem, os próprios governados se encarregarão de divulgar e de dar publicidade sobre o que o Gestor faz de bom.

Soluções práticas e rápidas são mais eficazes e eficientes provocando despesas proporcionais do ponto de vista dos parques orçamentos públicos.

Os grandes princípios éticos são geralmente agitados em ano eleitoral e depois esquecidos na fase prática da governança. Haverá sempre alguém disposto a priorizar problemas elencando-os como urgentíssimos em detrimento de outros e a requerer soluções imediatas.

Os problemas do diálogo na busca de soluções externas para serem aplicadas em questões concretas surgem rotineiramente, nesse momento, mas a visão assertiva de superar a fase das declarações gerais destinadas ao grande público deverá transpor os entraves por meio das soluções técnicas aplicadas onde possam surgir os problemas localizados e específicos.

O princípio da concorrência é uma prática leal, embora seja difícil de perseguir. A competição reduz os gastos do erário municipal e exige dos ofertantes a adequação às inovações incrementais que diferenciem o seu produto dos demais concorrentes trazendo maior volume de opções e menores preços aos consumidores finais – o povo.

Os investimentos devem possuir o foco distributivo derivando de uma maior capilaridade social dos investimentos públicos, atingindo os setores mais carentes, objetivando integrá-los num mercado mais amplo de bens e serviços de amplo consumo que serão oferecidos pelo Poder Executivo Municipal.

O desenvolvimento deve convergir para uma atitude psíquica, pois a globalização é fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE UBERABA PARA O GOVERNO DO POVO

Mudanças de verdade exigem a participação de todos; e em 2021 o objetivo primordial é auxiliar o Gestor Municipal a estimular a participação da sociedade num grande projeto de desenvolvimento para Uberaba, de curto, médio e longo prazo, que represente a solução permanente de problemas nas áreas: saúde, educação, segurança, habitação, infraestrutura, entre outros.

A ocupação das áreas urbanas sem o acompanhamento de alguns limites do município, inseguros e insalubres, pode gerar e gera uma visibilidade incômoda com precariedades urbanísticas, sem saneamento básico adequado, com altas vulnerabilidades sociais e riscos ambientais perceptíveis.

A cidade de Uberaba tem característica própria e requer políticas públicas peculiares e de diferentes exigências, fundamentais para ordenação da cidade.

Em uma nova fase de Gestão, prospectada para 2021 – 2024, o Plano de Governo não poderá ficar concentrado apenas nas desigualdades sociais decorrentes de gestões anteriores ineficazes, mas, será executado como uma política de ações, devidamente articulada buscando a criação de emprego e renda, passando pela restauração de laços de sociabilidade.

Com a adoção de sistema inovador, serão revisados todos os procedimentos e trâmites administrativos, eliminando exigências dispensáveis, criando soluções para desburocratizar e dando eficiência e rapidez aos serviços públicos, tais como, saúde, educação, segurança e o turismo sustentável, criando índices de referência para avaliação dos resultados do Programa de Governo 2021 – 2024.

A VERDADEIRA MUDANÇA para UBERABA deve ser para O POVO e, por isso, deverá comprometer-se na preservação do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e ambiental; na construção de áreas de lazer; na criação de canais de participação popular; no atendimento às necessidades de mobilidade da população; do respeito à dignidade humana.

A realização desse sonho com **A VERDADEIRA MUDANÇA** de uma UBERABA para O POVO, exige planejamento sério e adequado, mais do que isso, exige a participação dos UBERABENSES em um grande mutirão de cidadania.

O modelo de governança deverá ser capaz de promover avanços significativos na democratização da gestão pública do Município, no fomento ao crescimento, na eficiência da máquina pública, no combate à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas.

Será preciso manter e ampliar a capacidade de elaboração e aperfeiçoamento de conteúdo das propostas políticas da nossa Coligação, elaborando projetos e ações que objetivem a melhoria do Município, mas, especialmente, com ênfase na gestão pública e no atendimento das demandas sociais, em harmonia com as diretrizes programáticas dos Governos Estadual e Federal.

Os eixos interdisciplinares e intersetoriais, que representam a síntese da elaboração programática de todo o conjunto de atores que luta por uma Uberaba melhor deve subordinar-se em seus vetores de implantação, com vistas a determinar a abordagem conceitual e forma de execução que orientará as ações concretas e específicas, para cada área ou setor.

Com essa visão estratégica de gestão democrática com a participação e eficiência dos agentes públicos Municipais com fito na cidadania, no controle social por uma cultura democrática e transformadora na vida de toda a sociedade, economia dinâmica e equilíbrio regional com o resgate social e da cidadania, Uberaba irá caminhar para mitigar as desigualdades sociais estabelecendo um crescimento sustentável em todas as esferas.

Essas diretrizes, sintetizadas nas inserções supramencionadas, constituem-se num instrumento indispensável para dar maior nitidez às proposições de um Gestor adequado e preparado para Governar o município de Uberaba, caracterizando o perfil inovador na solução dos problemas detectados junto aos munícipes.